

## **19. PROPOSTA DE CORREÇÃO MATERIAL DA 2.ª REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL**

Submete-se à consideração do Executivo Municipal a proposta que se anexa, de correção material da segunda revisão do Plano Diretor Municipal de Braga, nos termos definidos no Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio, alínea b) do n.º 1 do artigo 122.º, “Correções de erros materiais ou omissões, patentes e manifestos, na representação cartográfica ou no regulamento”.

Assim, pelos fundamentos nela enunciados, propõe-se que a Câmara Municipal, na qualidade da entidade que elabora o plano municipal, conforme previsto no artigo 76.º do RJIGT, delibere: a. Aprovar as correções materiais que incidem sobre as cartas 56.3 e 70.1 da Planta de Ordenamento – Classificação e Qualificação do Solo do PDM15; b. Comunicar à Assembleia Municipal o conteúdo do presente procedimento de correção material, solicitando à mesma que a sua deliberação seja aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, nos termos e com os fundamentos previstos nos n.os 3 e 4 do artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; c. Dar conhecimento à CCDRn das deliberações da Reunião de Câmara e da Assembleia Municipal; d. Que a correção material seja publicada na 2ª Série do Diário da República e remetida para depósito na Direção-Geral do Território, através do sistema de submissão automático dos instrumentos de gestão territorial (SSAIGT).

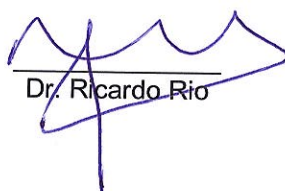
## PROPOSTA

A proposta, em anexo, fundamenta a necessidade de se proceder à primeira correção material da segunda revisão do Plano Diretor Municipal de Braga, publicada através do Aviso n.º 11741/2015, no Diário da República, 2ª Série, N.º 201 de 14 de outubro, nos termos definidos no Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio, alínea b) do n.º 1 do artigo 122.º, “*Correções de erros materiais ou omissões, patentes e manifestos, na representação cartográfica ou no regulamento*”.

Assim, pelos fundamentos nela enunciados, propõe-se que a Câmara Municipal, na qualidade da entidade que elabora o plano municipal, conforme previsto no artigo 76.º do RJIGT, delibere:

- a. Aprovar as correções materiais que incidem sobre as cartas 56.3, 70.1 e 70.2 da Planta de Ordenamento – Classificação e Qualificação do Solo do PDM15;
- b. Comunicar à Assembleia Municipal o conteúdo do presente procedimento de correção material, solicitando à mesma que a sua deliberação seja aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, nos termos e com os fundamentos previstos nos n.os 3 e 4 do artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- c. Dar conhecimento à CCDRn das deliberações da Reunião de Câmara e da Assembleia Municipal;
- d. Que a correção material seja publicada na 2ª Série do Diário da República e remetida para depósito na Direção-Geral do Território, através do sistema de submissão automático dos instrumentos de gestão territorial (SSAIGT).

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL



Dr. Ricardo Rio



Nº Informação: 2975

Data: 18/01/2021

Assunto: Proposta de correções materiais ao PDM15

*À S. A. E. L. M.*

*21.01.21*



### Introdução

1. O Plano Diretor Municipal (PDM) é o instrumento de gestão territorial que estabelece a estratégia de desenvolvimento territorial, a política municipal de ordenamento do território e de urbanismo e as demais políticas urbanas, definindo o modelo de organização espacial do território municipal e a garantia da qualidade ambiental. É ainda o instrumento de referência para a gestão urbanística.
2. A presente informação fundamenta a necessidade de se proceder à primeira correção material da segunda revisão do Plano Diretor Municipal de Braga, publicada através do Aviso n.º 11741/2015, no Diário da República, 2ª Série, N.º 201 de 14 de outubro, doravante designado por PDM15.

### Enquadramento legal

3. Os instrumentos de gestão territorial, nomeadamente os planos municipais de ordenamento de território, vinculativos para a Administração e para os particulares, podem conter erros e lapsos que, assim que detetados, importa corrigir, para garantia do bom desempenho da gestão territorial.
4. Tal se encontra consagrado no regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (RJIGT – Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio), designadamente no artigo 122.º n.º 1, onde se reconhece a existência de um conjunto de situações que podem originar os referidos erros e lapsos, apelidando-as de correções materiais, a saber:
  - a. Acertos de cartografia, determinados por incorreções de cadastro, de transposição de escalas, de definição de limites físicos identificáveis no terreno, bem como por discrepâncias entre plantas de condicionantes e plantas de ordenamento;
  - b. Erros materiais ou omissões, patentes e manifestos, na representação cartográfica ou no regulamento;
  - c. Incongruências do regulamento ou das plantas, e destas peças entre si;
  - d. Lapsos gramaticais, ortográficos, de cálculo ou de natureza análoga; ou
  - e. Erros materiais provenientes de divergências entre o ato original e o ato efetivamente publicado na 1.ª série do Diário da República.
5. Em termos de procedimento a correção material dos programas e planos territoriais segue os termos definidos no mesmo Decreto-Lei, n.ºs 2 e 3 do artigo 122.º, nomeadamente:

*"2 — As correções materiais podem ser efetuadas a todo o tempo, por comunicação da entidade responsável pela elaboração dos programas ou dos planos, e são publicadas na mesma série do Diário da República em que foi publicado o programa ou plano objeto de correção.*

*3 — A comunicação referida no número anterior é transmitida previamente ao órgão competente para a aprovação do programa ou do plano, quando este seja diferente do órgão responsável pela respetiva elaboração, sendo depois transmitida à comissão de coordenação e desenvolvimento regional territorialmente competente e remetida para publicação e depósito, nos termos previstos no presente decreto-lei."*

*R*



6. Nos 5 anos de vigência do PDM15, foram identificados na Divisão de Planeamento 3 lapsos na Planta de Ordenamento – Classificação e Qualificação do Solo, os quais não foram anteriormente corrigidos por se partilhar do entendimento que estando em curso o procedimento de revisão do PDM, com término previsto para 13/07/2020, essas correções seriam incorporadas na nova proposta de plano.
7. Contudo, atendendo ao conteúdo da informação 125/2021, que formaliza a proposta de prorrogação do prazo da revisão do PDM por mais dois anos, a contar de 9 de janeiro de 2021, considera-se adequado despoletar um procedimento de correção material para as situações identificadas.

### Proposta de correção material

8. A proposta de correção material incide apenas em erros materiais, patentes e manifestos, na representação cartográfica de duas cartas da Planta de Ordenamento – Classificação e Qualificação do Solo, em três prédios distintos, enquadráveis na alínea b) do n.º 1 do artigo 122.º do RJIGT (*"Correções de erros materiais ou omissões, patentes e manifestos, na representação cartográfica ou no regulamento;"*). Em nenhuma das situações existe necessidade de alteração de servidões administrativas e restrições de utilidade pública.
9. Na **carta 56.3 da Planta de Ordenamento – Classificação e Qualificação do Solo**, identificou-se um erro na localização do prédio que acolhe a Junta de Freguesia de Panoias, tendo sido qualificados como Espaço de Uso Especial – Equipamento prédios particulares na proximidade da atual localização do prédio que contém o edifício da referida Junta de Freguesia.

A proposta consiste na correção da localização da mancha de Espaço de Uso Especial – Equipamento para o prédio da Junta de Freguesia, e requalificação dos prédios particulares, integrando-os na categoria da sua envolvente imediata Espaço Urbano de Baixa Densidade 1.

Situação vigente



Proposta de correção



10. Na **carta 70.1 da Planta de Ordenamento – Classificação e Qualificação do Solo**, identificaram-se dois lapsos na qualificação dos seguintes prédios:
  - a. Prédio referente à antiga sede da Companhia dos Bombeiros Sapadores de Braga. Existem evidências, desde junho de 2011, que a Câmara Municipal colaborou com a Companhia dos Bombeiros Sapadores de Braga no sentido de lhes proporcionar uma nova sede junto da Rua Olímpica. O projeto da nova sede foi aprovado em reunião de câmara de 27/10/2014, a obra foi lançada a concurso no mesmo ano e a transferência de instalações ocorreu em 2016. Ora conhecedora que esta transferência iria ocorrer, a proposta de PDM qualificou o terreno junto da Rua Olímpica como Espaço de Uso Especial – Equipamento, mas por lapso manteve essa qualificação sobre o prédio com acesso pela Rua de Ferraz. Tal qualificação era desnecessária dado existir um

R





direito adquirido que permitiria à Companhia dos Bombeiros Sapadores de Braga permanecer no local até à data da sua transferência para as novas instalações. Acresce o facto de as categorias de solo urbano, Espaço Central ou Espaços Residenciais, admitem a instalação de equipamentos.

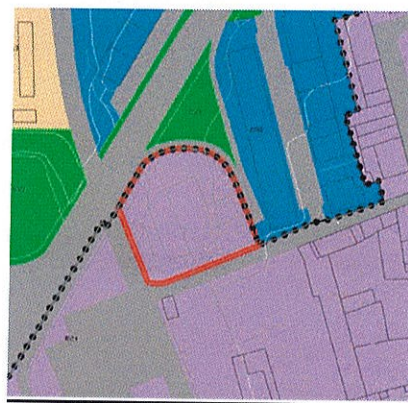
Na presente situação considera-se necessário proceder à requalificação do solo, propondo-se que o prédio seja inserido na categoria de espaço “Espaço Central”, com alteração do limite da UOPG 14, atendendo à contiguidade do prédio com essa categoria de espaço e por a mesma preconizar “a diversidade funcional promovendo medidas de incentivo ao estabelecimento das atividades económicas, dos equipamentos e das áreas residenciais”, conforme previsto no n.º 3 do artigo 64.º do regulamento do PDM15. A sua inserção na UOPG 14 proporcionará ainda uma contribuição para se atingirem os objetivos previstos nas subalíneas iii) e vii) da alínea c) do ponto 1.14 do artigo 110.º do referido regulamento:

- iii) Promover a melhor integração do Centro Histórico no desenvolvimento da cidade e assegurar a sua articulação harmoniosa com os espaços confinantes de construção mais recente;
- vii) Melhorar o sistema de circulação e da oferta de estacionamento automóvel; (...).

Situação vigente



Proposta de correção



- b. Prédio referente à Central de Camionagem e seu contíguo. Esta situação traduz um erro manifesto dado ter incluído a Central de Camionagem e um terreno particular a ela contíguo como rede rodoviária existente. Tal produz um conflito com o regulamento do PDM na medida que a rede rodoviária existente incide apenas sobre as plataformas / faixas de rodagem e estacionamentos públicos, e não sobre edifícios, e não traduz nenhuma categoria de espaço que regule o uso e a edificabilidade nesses prédios.

Na presente situação considera-se necessário proceder à requalificação do solo, propondo-se que o prédio seja inserido na categoria de espaço “Espaço Central”, com alteração do limite da UOPG 14, atendendo à contiguidade do prédio com essa categoria de espaço e por a mesma preconizar “a diversidade funcional promovendo medidas de incentivo ao estabelecimento das atividades económicas, dos equipamentos e das áreas residenciais”, conforme previsto no n.º 3 do artigo 64.º do regulamento do PDM15. A sua inserção na UOPG 14 proporcionará ainda uma contribuição para se atingirem os objetivos previstos nas subalíneas iii), vi) e vii) da alínea c) do ponto 1.14 do artigo 110.º do referido regulamento:

- iii) Promover a melhor integração do Centro Histórico no desenvolvimento da cidade e assegurar a sua articulação harmoniosa com os espaços confinantes de construção mais recente;
- vi) Recuperar o parque habitacional existente no Centro Histórico e ampliar e melhorar os seus diversos equipamentos de apoio;
- vii) Melhorar o sistema de circulação e da oferta de estacionamento automóvel; (...).

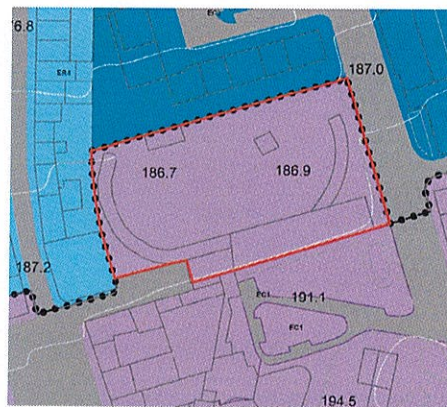
R



Situação vigente



Proposta de correção



11. Na **carta 70.2 da Planta de Ordenamento – Classificação e Qualificação do Solo**, identificou-se um erro na localização do prédio que acolhe a Cruz Vermelha Portuguesa, qualificado como ER4 em vez de Espaço de Uso Especial – Equipamento.

Considera-se erro material a qualificação de ER4 sobre o prédio sito Avenida 31 de Janeiro, n.º 317, por os serviços aí prestados serem análogos a outras entidades que têm os seus prédios integrados em Espaço de Uso Especial – Equipamentos; por a Lei de Bases da Proteção Civil, no n.º 2 do artigo 46.º, se reconhecer a cooperação da Cruz Vermelha Portuguesa com os demais agentes de proteção civil; e por se constatar que não existiu um diagnóstico atualizado dos equipamentos no período que sustentou a revisão do PDM, culminando com a proposta do PDM15.

Situação vigente



Proposta de correção



## Conclusão

12. O presente documento fundamenta a necessidade de se proceder à primeira correção material da segunda revisão do Plano Diretor Municipal de Braga, publicada através do Aviso n.º 11741/2015, no Diário da República, 2ª Série, N.º 201 de 14 de outubro, nos termos definidos no Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio, alínea b) do n.º 1 do artigo 122.º, "Correções de erros materiais ou omissões, patentes e manifestos, na representação cartográfica ou no regulamento".

R.

13. Face à fundamentação apresentada propõe-se que a Câmara Municipal, na qualidade da entidade que elabora o plano municipal (conforme previsto no artigo 76.º do RJIGT), delibere:
- a. Aprovar as correções materiais que incidem sobre as cartas 56.3, 70.1 e 70.2 da Planta de Ordenamento – Classificação e Qualificação do Solo do PDM15;
  - b. Comunicar à Assembleia Municipal o conteúdo do presente procedimento de correção material, solicitando à mesma que a sua deliberação seja aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, nos termos e com os fundamentos previstos nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
  - c. Dar conhecimento à CCDRn das deliberações da Reunião de Câmara e da Assembleia Municipal;
  - d. Que a correção material seja publicada na 2ª Série do Diário da República e remetida para depósito na Direção-Geral do Território, através do sistema de submissão automático dos instrumentos de gestão territorial (SSAIGT).
14. Juntam-se:
- a. Extratos da Planta de Ordenamento com as situações vigentes e propostas para as 3 situações identificadas;
  - b. As cartas 56.3, 70.1 e 70.2 da Planta de Ordenamento - Classificação e Qualificação do Solo devidamente corrigidas para envio para publicação em Diário da República.

A Chefe da DP,